

Processo : 238494-5/23
Origem : INST PREV SERV PUB MESQUITA MESQUITAPREV
Setor :
Natureza : PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO
Interessado : CÁTIA DA SILVA FERRAZ
Observação : REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2022

Senhora Coordenadora-Geral,

Trata o presente da **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO** do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MESQUITA, relativa ao exercício de 2022.

1- DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Considerando critérios consubstanciados na legislação que rege a matéria, a presente prestação de contas será analisada com base na verificação de questões normativas, conforme fontes abaixo demonstradas:

FONTES DOS CRITÉRIOS

- Lei Complementar Estadual n.º 63/90;
- Regimento Interno do TCE-RJ, aprovado pela Deliberação TCE-RJ n.º 338, de 08 de fevereiro de 2023;
- Deliberação TCE-RJ n.º 277, de 24 de agosto de 2017;
- Lei Complementar n.º 101, de 05 de maio de 2000 (LRF);
- Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964;
- Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP)
- 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), aprovado pela Portaria STN nº 1131, de 04 de novembro de 2021 e Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021;
- Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP (IPC 00 anexo III);
- Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC's) e Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional;
- Emendas Constitucionais n.ºs 20/98, 41/03 e 103/2019;

- Leis Federais n.ºs 9.717/98, 9.796/99, 10.887/04, 13.485/17 e 13.846/19;
- Portarias do Ministério da Previdência Social;
- Resolução do Conselho Monetário Nacional;

Dentre os elementos que devem integrar os processos de Prestação de Contas Anual de Gestão, conforme preceitua o artigo 5º da Deliberação TCE-RJ n.º 277/17, verifica-se que foram apresentados os seguintes:

Anexo II da Deliberação TCE-RJ n.º 277/17

| Item | Título Documento/Modelo/ Informações Exigidas | Peças n.ºs |
|------|---|------------|
| 1 | Ofício de encaminhamento assinado pelo titular da unidade jurisdicionada ou responsável competente. | 01 |
| 2 | Relação dos responsáveis, conforme Modelo 1 desta Deliberação: - do responsável pelas contas; - do responsável pelo encaminhamento das contas; - do responsável pelo setor contábil; - do responsável pelo órgão de controle interno competente. | 02 |
| 3 | Balancete Analítico evidenciando o saldo inicial, os créditos e débitos e o saldo final em 31/12. | 03 |
| 4 | Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada, de acordo com o Anexo 10 da LF n.º 4.320/64. | 04 |
| 5 | Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, de acordo com o Anexo 11 da LF n.º 4.320/64. | 05 |
| 6 | Demonstração das Variações Patrimoniais, de acordo com o MCASP vigente no exercício em análise | 06 |
| 7 | Balanço Orçamentário, de acordo com o MCASP vigente no exercício em análise, acompanhado dos quadros: - execução de Restos a Pagar Não Processados; - execução de Restos a Pagar Processados. | 07 |
| 8 | Balanço Financeiro, de acordo com o MCASP vigente no exercício em análise. | 08 |
| 9 | Balanço Patrimonial, de acordo com o MCASP vigente no exercício em análise, acompanhado dos quadros: - dos ativos e passivos financeiros e permanentes; - das contas de compensação; - do superávit/déficit financeiro. | 09 |
| 10 | Demonstração dos Fluxos de Caixa, de acordo com o MCASP vigente no exercício em análise. | 10 |
| 11 | Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, na forma estabelecida pelo MCASP vigente no exercício em análise. | 11 |
| 12 | Demonstrativo da Dívida Fundada, de acordo com o Anexo 16 da LF n.º 4.320/64. | 12 |
| 13 | Demonstrativo da Dívida Flutuante, de acordo com o Anexo 17 da LF n.º 4.320/64. | 13 |

| Item | Título Documento/Modelo/ Informações Exigidas | Peças n.ºs |
|------|---|------------|
| 14 | Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras e Quadros 1 e 2, conforme Modelo 2 desta Deliberação. | 14 |
| 15 | Relatório elaborado pelo órgão de controle interno competente, com conteúdo mínimo previsto no Modelo 3B desta Deliberação, além de outros considerados na abordagem baseada em risco para definição do escopo da auditoria e da natureza e extensão dos procedimentos aplicados, acompanhado de Certificado de Auditoria, com parecer conclusivo sobre a regularidade ou irregularidade das contas dos responsáveis. Entende-se como órgão competente o controle interno existente na estrutura administrativa da unidade jurisdicionada, sob coordenação e subordinação da unidade central, e, no caso de inexistência do mesmo, a unidade central de controle interno do órgão à qual a unidade jurisdicionada esteja vinculada. | 15 e 16 |
| 16 | Declaração do Gestor informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, caso encontradas em relatório de auditoria realizada pelo controle interno competente. | 17 |
| 17 | Declaração do Responsável pelo Setor Contábil, conforme Modelo 4 desta Deliberação. | 18 |
| 18 | Cópia da Lei de criação do órgão previdenciário atualizada. | 19 |
| 19 | Relação das Unidades Gestoras do ente que devem contribuir para com o RPPS, tendo por competência o exercício em análise, conforme Modelo 8 desta Deliberação. | 20 |
| 20 | Demonstrativo Consolidado evidenciando o montante das transferências recebidas pelo RPPS para cobertura de déficit atuarial no exercício ou declaração expressa de não ocorrência, conforme Modelo 9 desta Deliberação. | 21 |
| 21 | Demonstrativo Consolidado evidenciando o montante das transferências recebidas pelo RPPS para cobertura de déficit financeiro no exercício ou declaração expressa de não ocorrência, conforme Modelo 10 desta Deliberação. | 22 |
| 22 | Demonstrativo discriminando os investimentos mantidos pelo RPPS de acordo com as normas definidas pela Resolução CMN n.º 4.963/2021 ou alterações posteriores, conforme Modelo 11 desta Deliberação. | 23 |
| 23 | Cópia do Relatório de Avaliação Atuarial realizado por técnico habilitado ou entidade independente e legalmente habilitada, referente à data-base de avaliação do encerramento do exercício a que se refere a prestação de contas, observados os parâmetros gerais para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios. | 24 |
| 24 | Demonstrativo que evidencie a memória de cálculo do limite legal da taxa de administração no exercício, explicitando o percentual definido em lei, a ser utilizada na cobertura das despesas administrativas do regime próprio de previdência social, conforme Modelo 12 desta Deliberação. | 25 |
| 25 | Demonstrativo que evidencie as despesas administrativas da unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS no exercício para fins de verificação quanto ao limite legal da taxa de administração, conforme Modelo 13 desta Deliberação. | 26 |
| 26 | Cópia do Relatório que definiu a política anual de investimentos e suas revisões, na forma do artigo 4º da Resolução CMN n.º 4.963/2021 ou alterações posteriores, aprovado pelo órgão colegiado da unidade jurisdicionada. | 27 |
| 27 | Certificados dos responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS no exercício, na forma estabelecida pela Portaria MTP n.º 1.467/2022 ou alterações posteriores, conforme o caso. | 28 |
| 28 | Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP emitido pelo Ministério da Previdência Social, conforme critérios e exigências estabelecidos na Lei n.º 9.717/1998 ou alterações posteriores, que atesta que o ente federativo segue normas de boa gestão, de forma a assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados, com validade na data de encerramento do exercício financeiro em análise. | 29 |

| Item | Título Documento/Modelo/ Informações Exigidas | Peças n.ºs |
|------|--|------------|
| 29 | Extrato Previdenciário com as informações sobre a situação do ente em relação a cada um dos critérios previstos na Lei n.º 9.717/98 ou alterações posteriores, cuja regularidade é exigida para fins de emissão do CRP, com referência à data de encerramento do exercício financeiro em análise. | 30 |
| 30 | Demonstrativo dos montantes recebidos e pagos a título de compensação financeira no exercício, conforme estabelecido na Lei Federal n.º 9.796/1999, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 10.188/2019, ou alterações posteriores, conforme Modelo 14 desta Deliberação. | 31 |
| 31 | Demonstrativo Consolidado evidenciando o valor das contribuições regulares (servidores e patronal) devidas e arrecadadas pelo RPPS, conforme Modelo 34 desta Deliberação. | 32 |
| 32 | Demonstrativo Consolidado evidenciando o valor das contribuições suplementares devidas e arrecadadas pelo RPPS, conforme Modelo 35 desta Deliberação. | 33 |
| 33 | Demonstrativo das Contribuições Regulares (servidores e patronal) devidas e efetivamente repassadas ao RPPS no exercício, referentes aos servidores que integram o quadro de pessoal do RPPS, conforme Modelo 36 desta Deliberação. | 34 |
| 34 | Demonstrativo das Contribuições Suplementares devidas e efetivamente repassadas ao RPPS no exercício, referentes aos servidores que integram o quadro de pessoal do RPPS, conforme Modelo 37 desta Deliberação. | 35 |
| 35 | Demonstrativo das Contribuições (servidores e patronal) devidas e efetivamente repassadas ao RGPS no exercício, referentes aos servidores que integram o quadro de pessoal do RPPS, conforme Modelo 38 desta Deliberação. | 36 |
| 36 | Cópia dos Relatórios e pareceres de órgãos colegiados e entidades que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão da unidade jurisdicionada no exercício em análise, consoante previsão em lei ou em seus atos constitutivos (Conselhos de Administração, Conselhos Fiscais, Conselhos Consultivos, Conselhos Deliberativos, Conselhos Municipais vinculados aos Fundos Especiais, dentre outros). | 37 |
| 37 | Cópia do Ato que designou formalmente o servidor responsável pela gestão dos recursos do RPPS, no caso de gestão própria da execução da política de investimentos, acompanhado da comprovação de que este foi aprovado em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica difusão no mercado brasileiro de capitais, conforme exigência da Portaria MPS n.º 1.467/2022 ou alterações posteriores. | 38 |

NA – Não Aplicável

2- DOS RESPONSÁVEIS

Encontram-se a seguir relacionados os dados dos principais responsáveis pela Entidade Municipal no exercício em exame, conforme Relação dos Responsáveis:

| RESPONSÁVEL | NOME | PERÍODO |
|--|------------------------------|----------------------------|
| Pelas Contas | Sra. Cátia da Silva Ferraz | 01/01/2022 a 31/12/2022 |
| Pelo encaminhamento das Contas | Sra. Cátia da Silva Ferraz | 01/01/2022 a 31/12/2022 |
| Pelo Setor Contábil | Sr. Eliel Fernandes da Silva | 01/01/2022 a 31/12/2022 |
| Pelo Órgão de Controle Interno Competente | Sr. Nicola Fabiano Palmieri | 01/01/2022 a 31/12/2022 |

Da análise da Relação dos Responsáveis (Modelo 1 da Deliberação TCE-RJ n.º 277/17), efetuou-se a verificação da seguinte questão normativa:

| QUESTÕES NORMATIVAS | | CONDIÇÃO | | | | Peças n.ºs |
|---------------------|--|----------|-----|----|----|------------|
| | | Sim | Não | NE | NA | |
| 2.1 | Consta informação que evidencie de forma clara e correta os responsáveis e suas atribuições, bem como que ateste a entrega de suas Declarações de Bens e Rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c os artigos 2º e 8º da Deliberação TCE-RJ n.º 180/94? | x | | | | 02 |

NE – Nota Explicativa
NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, não foram constatadas impropriedades/irregularidades.

3- DOS ASPECTOS GERAIS

Da análise da documentação apresentada, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

| QUESTÕES NORMATIVAS | | CONDIÇÃO | | | | Peças n.ºs |
|---------------------|--|----------|-----|----|----|------------|
| | | Sim | Não | NE | NA | |
| 3.1 | Os Demonstrativos Contábeis foram apresentados devidamente assinados pelo Responsável pelo Órgão e pelo Contabilista, na forma do artigo 15 da Deliberação TCE/RJ n.º 277/17? | x | | | | 03 a 13 |
| 3.2 | Constam Notas Explicativas com informações complementares que auxiliem a análise dos Demonstrativos Contábeis, conforme preceitos estabelecidos no MCASP e na NBC TSP 11 – item 127 a 150? | x | | | | 11 |

NE – Nota Explicativa
NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, não foram constatadas impropriedades/irregularidades.

4- DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Da análise dos elementos apresentados, foi observada a seguinte composição no período, ressaltando-se que a verificação dos demais aspectos orçamentários do Município é efetuada quando do exame da Prestação de Contas de Governo Municipal do exercício em análise.

| Tabela 1 - Execução Orçamentária da Receita | |
|---|----------------------|
| Descrição | Valor (R\$) |
| (A) Receita Prevista (atualizada) | 17.000.000,00 |
| (B) Receita Arrecadada | 50.263.140,60 |
| (C) Superávit/Déficit de Arrecadação (B-A) | 33.263.140,60 |

Fonte: Balanço Orçamentário, Peça n.º 07.

| Tabela 2 - Execução Orçamentária da Despesa | |
|--|---------------------|
| Descrição | Valor (R\$) |
| (A) Dotação Atualizada | 17.000.000,00 |
| (B) Despesa Realizada/Despesa Empenhada | 11.093.238,90 |
| (C) Economia Orçamentária (A-B) | 5.906.761,10 |
| (D) Despesa Liquidada | 10.412.363,69 |
| (E) Despesa Paga | 10.315.029,43 |
| (F) Restos a Pagar não processados (B-D) | 680.875,21 |
| (G) Restos a Pagar processados (D-E) | 97.334,26 |

Fonte: Balanço Orçamentário, Peça n.º 07.

Os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos. Esse fato não representa irregularidade, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa que demonstre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício. (MCASP, 9ª edição)

Nessa esteira, serão demonstrados na tabela a seguir não só o Resultado Orçamentário do período, mas também o montante das Transferências Financeiras Líquidas concernente à execução orçamentária.

| Tabela 3 - Evidenciação do Resultado Orçamentário e das Transferências Líquidas | |
|--|----------------------|
| Descrição | Valor (R\$) |
| (A) Receita Arrecadada | 50.263.140,59 |
| (B) Despesa Empenhada | 11.093.238,90 |
| (C) Resultado Orçamentário (A-B) | 39.169.901,69 |
| (D) Transferências Financeiras Líquidas* | 0,00 |
| (E) Resultado após as Transferências Líquidas (C+D) | 39.169.901,69 |

Fonte: Balanço Orçamentário e Financeiro, Peças n.ºs 07 e 08.

(*) Transferências Financeiras Líquidas = transferência recebida (-) transferência concedida.

Da análise da documentação pertinente, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

| QUESTÕES NORMATIVAS | | CONDIÇÃO | | | | Peças n.ºs |
|---------------------|--|----------|-----|----|----|------------|
| | | Sim | Não | NE | NA | |
| 4.1 | O Balanço Orçamentário atende às normas estabelecidas na Lei n.º 4.320/64, bem como à nova estrutura estabelecida no MCASP? | x | | | | 07 |
| 4.2 | A execução das despesas demonstrada no Balanço Orçamentário está condizente com o valor dos restos a pagar inscritos no exercício, informados no Balanço Financeiro, de acordo com o art. 103 da Lei n.º 4.320/64? | x | | | | Tabela 2 |

NE – Nota Explicativa
NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, não foram constatadas impropriedades/irregularidades.

5- DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

Da análise dos elementos apresentados, foi observada a seguinte composição no período:

| Tabela 4 - Balanço Financeiro | |
|--|-----------------------|
| Descrição | Valor (R\$) |
| (A) Saldo do Exercício Anterior | 162.914.326,07 |
| (B) Receita Orçamentária | 50.263.140,60 |
| (C) Transferências Financeiras Recebidas | 0,00 |
| (D) Recebimentos Extraorçamentários | 1.167.582,38 |
| (E) Despesa Orçamentária | 11.093.238,90 |
| (F) Transferências Financeiras Concedidas | 0,00 |
| (G) Interferências Financeiras | 14.842.512,75 |
| (H) Pagamentos Extraorçamentários | 480.330,68 |
| (I) Saldo para o Exercício Seguinte (A + B + C + D - E - F - G - H) | 187.928.966,72 |
| Resultado Financeiro do Exercício (I) - (A) | 25.014.640,65 |

Fonte: Balanço Financeiro, Peça n.º 08.

| Tabela 5 - Demonstração dos Fluxos de Caixa | |
|---|----------------------|
| Descrição | Valor (R\$) |
| Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I) | 25.014.640,65 |
| Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II) | 0,00 |
| Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III) | 0,00 |
| (A) Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (I+II+III) | 25.014.640,65 |
| (B) Caixa e Equivalentes de caixa inicial | 162.914.326,07 |
| (C) Caixa e Equivalentes de caixa final | 187.928.966,72 |
| (D) Movimentação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa no exercício (D) = (C) - (B) | 25.014.640,65 |
| Diferença (A) - (D) | 0,00 |

Fonte: Demonstração dos Fluxos de Caixa, Peça n.º 10.

| QUESTÕES NORMATIVAS | | CONDIÇÃO | | | | Peças n.ºs |
|---------------------|--|----------|-----|----|----|-------------------------------------|
| | | Sim | Não | NE | NA | |
| 5.1 | O Balanço Financeiro atende às normas estabelecidas na Lei n.º 4.320/64, bem como à nova estrutura estabelecida no MCASP? | x | | | | 08 |
| 5.2 | A Demonstração dos Fluxos de Caixa está em consonância com a estrutura definida pelo MCASP vigente no exercício em exame? | x | | | | 10 |
| 5.3 | O saldo das Disponibilidades para o Exercício Seguinte (Balanço Financeiro) encontra-se devidamente registrado no Ativo Circulante (Balanço Patrimonial), permitindo o conhecimento da composição patrimonial previsto no art. 85 da Lei n.º 4.320/64? | x | | | | 08 e 09 |
| 5.4 | O saldo das disponibilidades do exercício anterior no Balanço Financeiro confere com o saldo final da prestação de contas do exercício anterior? | x | | | | 08 e Proc. TCE-RJ nº 222.603-2/2022 |
| 5.5 | O saldo do caixa e equivalentes de caixa para o Exercício Seguinte (Balanço Financeiro) coaduna-se com o saldo final das disponibilidades evidenciado na Demonstração dos Fluxos de Caixa? | x | | | | 08 e 10 |
| 5.6 | A geração líquida de caixa apresentada na DFC guarda paridade com a movimentação (saldo final (-) saldo inicial) da conta Caixa e Equivalentes de Caixa, indicada no mesmo demonstrativo contábil? | x | | | | Tabela 5 |
| 5.7 | O Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras (Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ n.º 277/17) apresenta informações consistentes e demonstra saldo final compatível com o Balanço Financeiro, em consonância com o art. 85 da Lei Federal n.º 4.320/64? | x | | | | 08 e 14 |

| QUESTÕES NORMATIVAS | | CONDIÇÃO | | | | Peças n.ºs |
|---------------------|---|----------|-----|----|----|------------|
| | | Sim | Não | NE | NA | |
| 5.8 | O total do saldo contábil em 31.12, apontado no Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras (Modelo 2 da Deliberação TCE-RJ n.º 277/17), confere com os registros do Ativo Circulante (Balanço Patrimonial), permitindo o conhecimento da composição patrimonial previsto no art. 85 da Lei nº 4.320/64? | x | | | | 09 e 14 |
| 5.9 | Os débitos e créditos, originados no exercício, em valores expressivos , estão identificados nos Quadros I e II do Modelo 2 da Deliberação TCE-RJ n.º 277/17 e encontram-se satisfatoriamente justificados nos autos? | | | | x | 14 |
| 5.10 | Caso existam débitos e créditos, originados em exercícios anteriores, em valores expressivos , há informação nos Quadros I e II do Modelo 2 da Deliberação TCE-RJ n.º 277/17 quanto à sua regularização no exercício em análise ou que justifique a não regularização destes? | | x | | | 14 |
| 5.11 | A baixa (por pagamento) de Restos a Pagar evidenciada no Balanço Financeiro está em consonância com o registrado nos Anexos 1 e 2 que complementam o Balanço Orçamentário? | x | | | | 07 e 08 |
| 5.12 | O Demonstrativo da Dívida Flutuante evidencia que as receitas extraorçamentárias decorrentes de retenções previdenciárias, consignações, fianças e cauções estão sendo repassadas com regularidade a quem de direito, confirmando o caráter transitório dessas contas? | x | | | | 13 |
| 5.13 | O saldo evidenciado no Demonstrativo da Dívida Flutuante confere com o registrado no passivo financeiro demonstrado no Balanço Patrimonial? | x | | | | 09 e 14 |

NE – Nota Explicativa
NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

| N.º QUESTÃO NORMATIVA | DESCRIÇÃO |
|-----------------------------|---|
| 5.10 | <p>Não consta informação quanto à regularização no exercício em análise ou que justifique a não regularização dos Débitos originados em exercícios anteriores, no montante de R\$ 24.478.278,61. Consta apenas uma nota no Relatório do Controle Interno informando que as diferença anteriores ao exercício de 2022 serão apuradas e ajustadas no exercício de 2023.</p> <p>Este fato será considerado na proposta de encaminhamento.</p> |

6- DO PATRIMÔNIO E SUAS VARIAÇÕES

Da análise dos elementos apresentados, foi observada a seguinte composição no período:

| Tabela 6 - Balanço Patrimonial | | | |
|---|-----------------------|------------------------|-----------------------|
| Descrição | R\$ | Descrição | R\$ |
| Ativo Circulante | 256.333.829,57 | Passivo Circulante | 1.831.046,54 |
| Ativo Não Circulante | 38.561.836,89 | Passivo Não Circulante | 114.626.410,08 |
| | | Patrimônio Líquido | 178.438.209,84 |
| Total | 294.895.666,46 | Total | 294.895.666,46 |
| | | | |
| Ativo Financeiro | 213.707.007,47 | Passivo Financeiro | 2.269.681,32 |
| Ativo Permanente | 81.188.658,99 | Passivo Permanente | 114.626.410,08 |
| Saldo Patrimonial | | | 177.999.575,06 |
| Resultado Financeiro (Ativo Financeiro – Passivo Financeiro) | | | 211.437.326,15 |

Fonte: Balanço Patrimonial – Peça nº 09.

O superávit financeiro representa a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de créditos neles vinculadas. Portanto, trata-se de saldo financeiro e não de nova receita a ser registrada. O Déficit

Financeiro corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Neste exercício, o jurisdicionado apresentou **superávit financeiro**.

Em geral, um resultado financeiro positivo é um indicador de equilíbrio financeiro. No entanto, uma variação positiva na disponibilidade do período não é sinônimo, necessariamente, de bom desempenho da gestão financeira, pois pode decorrer, por exemplo, da elevação do endividamento público. Da mesma forma, a variação negativa não significa, necessariamente, um mau desempenho, pois pode decorrer de uma redução no endividamento. Portanto, a análise deve ser feita conjuntamente com o Balanço Patrimonial, considerando os fatores mencionados e as demais variáveis orçamentárias e extraorçamentárias. (MCASP, 9ª edição).

Por sua vez, o resultado patrimonial consiste na diferença entre o valor total das VPA e o valor total das VPD. O resultado apresentado pelo jurisdicionado no exercício foi **superávit patrimonial**, conforme tabela a seguir:

| Tabela 7 - Conferência do Patrimônio Líquido - PL | |
|--|-----------------------|
| Variações Patrimoniais Quantitativas | Valor (R\$) |
| Variações Patrimoniais Aumentativas | 25.267.032,91 |
| Variações Patrimoniais Diminutivas | 10.422.696,03 |
| Resultado Patrimonial do Período (A) | 14.844.336,88 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PL | |
| Resultado Acumulado do Exercício Anterior (B) | 163.593.872,96 |
| Ajustes de exercícios Anteriores (C) | 0,00 |
| Resultado Acumulado Apurado (D) = (A+B+C) | 178.438.209,84 |
| Total do Patrimônio Líquido Apurado (D) | 178.438.209,84 |
| Total do Patrimônio Líquido (Extraído BP) (E) | 178.438.209,84 |
| Diferença (F) = (D)-(E) | 0,00 |

Fonte: Balanço Patrimonial – Peça n.º 09, DVP – Peça n.º 06 e Proc. TCE-RJ nº222.603-2/2022, PC do exercício anterior (B).

| Tabela 8 - Conferência do Saldo do Ativo e do Passivo Financeiros - Lei nº 4.320/64 | |
|--|-----------------------|
| Descrição | Valor (R\$) |
| (A) Ativo Financeiro | 213.707.007,47 |
| (B) Caixa e Equivalentes de Caixa | 187.928.966,72 |
| (C) Depósitos Restituíveis | 0,00 |
| (D) Tributos a Recuperar | 0,00 |
| (E) Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo | 42.626.822,10 |
| (F) Saldo das Contas do Ativo Circulante que admitem o atributo Financeiro = (B+C+D+E) | 230.555.788,82 |
| (G) Diferença entre o Ativo Financeiro e o Saldo das Contas do AC com atributo Financeiro = (A) - (F) | -16.848.781,35 |
| (H) Passivo Financeiro | 2.269.681,32 |
| (I) Restos a Pagar Não Processados em Liquidação - Inscrição no Exercício | 680.875,21 |
| (J) Restos a Pagar Processados - Inscrição no Exercício | 97.334,26 |
| (K) Restos a Pagar Não Processados em Liquidação | 778,89 |
| (L) Restos a Pagar Não Processados Liquidados a Pagar | 0,00 |
| (M) Restos a Pagar Processados a Pagar | 1.472.466,99 |
| (N) Depósitos (Consignações) | 18.222,97 |
| (O) Passivo Financeiro Apurado (I+J+K+L+M+N) | 2.269.678,32 |
| (P) Diferença entre o Passivo Financeiro e Passivo Financeiro Apurado = (H) - (O) (*) | 3,00 |

Fonte: Balanço Patrimonial – n.º 09 e Balancete Analítico – Peça n.º 03.

(*) - A Divergência apurada entre o Passivo Financeiro e o Passivo Apurado não será considerada devido a sua imaterialidade.

Da análise da documentação pertinente, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

| QUESTÕES NORMATIVAS | | CONDIÇÃO | | | | Peças n.ºs |
|----------------------------|---|-----------------|------------|-----------|-----------|-------------------|
| | | Sim | Não | NE | NA | |
| 6.1 | O Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais atendem às normas estabelecidas na Lei n.º 4.320/64, bem como à nova estrutura estabelecida no MCASP? | x | | | | 06 e 09 |

| QUESTÕES NORMATIVAS | | CONDIÇÃO | | | | Peças n.ºs |
|---------------------|---|----------|-----|----|----|-------------------------------------|
| | | Sim | Não | NE | NA | |
| 6.2 | O Resultado Patrimonial evidenciado na Demonstração das Variações Patrimoniais é compatível com o respectivo registro no Balanço Patrimonial? | x | | | | 06 e 09 |
| 6.3 | O valor apurado como Patrimônio Líquido está condizente com o PL demonstrado no Balanço Patrimonial, conforme orientação do MCASP? | x | | | | Tabela 7 |
| 6.4 | O Patrimônio Líquido registrado na coluna “exercício anterior” é compatível com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior, permitindo o conhecimento da composição patrimonial prevista no MCASP? | x | | | | 09 e Proc. TCE-RJ nº 222.603-2/2022 |
| 6.5 | O Saldo Patrimonial registrado na coluna “exercício anterior” é compatível com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior, permitindo o conhecimento da composição patrimonial prevista no art. 85 da Lei n.º 4.320/64? | x | | | | 09 e Proc. TCE-RJ nº 222.603-2/2022 |
| 6.6 | O Montante registrado no Ativo Financeiro está em consonância com o correspondente registro evidenciado no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial, nos termos da Lei n.º 4.320/64 e do MCASP? | | x | | | Tabela 8 |
| 6.7 | O valor apurado como Passivo Financeiro guarda paridade com o respectivo registro apresentado no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do Balanço Patrimonial, conforme orientações estipuladas pelo MCASP? | x | | | | Tabela 8 |
| 6.8 | Foi evidenciada a composição e apresentada Nota Explicativa quanto aos valores registrados nas rubricas “Ajuste de Exercícios Anteriores” e “Ajuste de Avaliação Patrimonial”? | | | | x | 11 |

| QUESTÕES NORMATIVAS | | CONDIÇÃO | | | | Peças n.ºs |
|---------------------|---|----------|-----|----|----|---------------|
| | | Sim | Não | NE | NA | |
| 6.9 | O Resultado Financeiro apurado no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Ativo Financeiro – Passivo Financeiro) está em conformidade com o total dos Recursos constante do Quadro do Superávit/Déficit Financeiro? | x | | | | 09 e Tabela 7 |
| 6.10 | O Demonstrativo da Dívida Fundada evidencia que os compromissos de exigibilidade superior a doze meses estão sendo pagos com regularidade? | | | | x | 12 |
| 6.11 | O saldo evidenciado no Demonstrativo da Dívida Fundada confere com o registrado no passivo permanente demonstrado no Balanço Patrimonial? | x | | | | 09 e 12 |

NE – Nota Explicativa
NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

| N.º QUESTÃO NORMATIVA | DESCRIÇÃO |
|-----------------------------|---|
| 6.6 | O Montante registrado no Ativo Financeiro no valor de R\$ 213.707.007,47 não está em consonância com o correspondente registro de R\$ 230.555.788,82 evidenciado no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial acarretando uma diferença de R\$ 16.848.781,35 . Este fato será considerado na proposta de encaminhamento. |

7- DO RELATÓRIO DO RESPONSÁVEL PELO SETOR CONTÁBIL

Da análise da Declaração do Responsável pelo Setor Contábil (modelo 4, da Deliberação TCE-RJ n.º 277/17), efetuou-se a verificação da seguinte questão normativa:

| QUESTÕES NORMATIVAS | | CONDIÇÃO | | | | Peças nºs |
|---------------------|--|----------|-----|----|----|-----------|
| | | Sim | Não | NE | NA | |
| 7.1 | O Responsável pelo Setor Contábil atesta a regularidade dos itens constantes do Relatório? | x | | | | 18 |

NE – Nota Explicativa
NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

| N.º QUESTÃO NORMATIVA | DESCRIÇÃO |
|-----------------------------|---|
| 7.1 | O Responsável pelo Setor Contábil apresentou nota de que “foram encontradas pendências nas conciliações bancárias que estão sendo apuradas no exercício de 2023”. Este fato será considerado na proposta de encaminhamento. |

8- DO PRONUNCIAMENTO DO ÓRGÃO CENTRAL DO CONTROLE INTERNO

Da análise da documentação pertinente, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

| QUESTÕES NORMATIVAS | | CONDIÇÃO | | | | Peças nºs |
|---------------------|--|----------|-----|----|----|-----------|
| | | Sim | Não | NE | NA | |
| 8.1 | O Relatório do Controle Interno foi elaborado com o conteúdo mínimo previsto no Modelo 3B? | x | | | | 15 |
| 8.2 | No Relatório do Controle Interno e Certificado de Auditoria, há indicação de conformidade das contas? | x | | | | 15 e 16 |
| 8.3 | No caso de terem sido encontradas impropriedades e/ou irregularidades no Relatório do Controle Interno, foram adotadas medidas pelo Gestor para o respectivo saneamento? | | | | x | 17 |

NE – Nota Explicativa
NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, não foram constatadas impropriedades/irregularidades.

9- DAS UNIDADES GESTORAS QUE CONTRIBUEM PARA O RPPS

Conforme Modelo 8 da Deliberação TCE-RJ n.º 277/17 (peça n.º 20), constata-se as seguintes unidades gestoras contribuintes do RPPS:

| | |
|---|----------------------|
| 1 | Prefeitura Municipal |
| 2 | Câmara Municipal |
| 3 | Mesquitaprev |

As informações acima subsidiarão a análise dos tópicos posteriores.

As informações acima subsidiarão a análise dos tópicos posteriores. Não foi arrolado o próprio Instituto de Previdência entre as unidades gestoras, conflitando com o que consta dos modelos 36 e 37.

10- DAS CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS E REPASSADAS PELAS UNIDADES GESTORAS AO RPPS

Os Modelos 34 e 35 da Deliberação TCE-RJ n.º 277/17 evidenciam, respectivamente, as Contribuições Regulares (Servidores e Patronal) e as Contribuições Suplementares devidas e efetivamente repassadas ao RPPS de forma consolidada, excetuando-se os valores referentes aos servidores que integram o quadro de pessoal da Unidade Gestora do RPPS, cujo exame será realizado no próximo tópico.

Da análise da documentação pertinente, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

| QUESTÕES NORMATIVAS | | CONDIÇÃO | | | | Peças nºs |
|---------------------|--|----------|-----|----|----|-----------|
| | | Sim | Não | NE | NA | |
| 10.1 | O total devido de contribuições dos servidores e patronal (normal e suplementar) foi regularmente repassado ao RPPS no exercício? | x | | | | 32 |
| 10.2 | O montante, aproximadamente, das contribuições dos servidores e patronal (normal e suplementar), retido e repassado dentro do exercício ao RPPS, foi devidamente registrado no Anexo 10? | | x | | | 04 e 32 |
| 10.3 | O montante, aproximadamente, das contribuições dos servidores e patronal (normal e suplementar), retido e não repassado dentro do exercício pelo RPPS, foi devidamente registrado no Balanço Patrimonial e/ou Balancete Analítico? | x | | | | 09 e 32 |
| 10.4 | No caso de repasse a menor das receitas previdenciárias pelas unidades gestoras, foram evidenciadas as medidas adotadas pelo gestor do RPPS com vistas a receber esses recursos previdenciários? | | | | x | 31/32 |

NE – Nota Explicativa
NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

| N.º QUESTÃO NORMATIV A | DESCRIÇÃO | | | |
|---------------------------------|---|----------------|---|-----------------|
| 10.2 | Verificam-se as seguintes diferenças entre as contribuições retidas e repassadas dentro do exercício entre o Anexo 10 e o Modelo 34 e 35 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17: | | | |
| | Contribuição | Anexo 10 (R\$) | Modelo 34 e 35 (R\$) | Diferença (R\$) |
| | Patronal | 17.180.018,91 | 10.547.140,37 + 1.558.175,18 = 12.105.315,55 | 5.074.703,36 |
| | Servidor | 7.816.088,78 | 7.186.855,65 | 629.233,13 |
| | Este fato será considerado na proposta de encaminhamento. | | | |

11 - DAS CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS E REPASSADAS À UNIDADE GESTORA DO RPPS NO QUE DIZ RESPEITO AOS SERVIDORES INTEGRANTES DO SEU QUADRO DE PESSOAL

Os Modelos 36 e 37 da Deliberação TCE-RJ n.º 277/17 evidenciam, respectivamente, as Contribuições Regulares (Servidores e Patronal) e as Contribuições Suplementares devidas e efetivamente repassadas à Unidade Gestora do RPPS, no que tange aos servidores integrantes do seu quadro de pessoal.

Da análise da documentação pertinente, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

| QUESTÕES NORMATIVAS | | CONDIÇÃO | | | | Peça n.ºs |
|---------------------|--|----------|-----|----|----|-------------|
| | | Sim | Não | NE | NA | |
| 11.1 | O total devido de contribuições dos servidores e patronal (normal e suplementar) foi regularmente repassado ao RPPS no exercício? | x | | | | 34 |
| 11.2 | O montante, aproximadamente, das contribuições dos servidores e patronal (normal e suplementar), retido e repassado dentro do exercício, foi devidamente registrado, respectivamente, no Demonstrativo da Dívida Flutuante e Anexo 11? | | x | | | 03, 05 e 13 |
| 11.3 | O montante, aproximadamente, das contribuições dos servidores e patronal (normal e suplementar), retido e não repassado dentro do exercício, foi devidamente registrado no Balanço Patrimonial e/ou Balancete Analítico? | | | | x | 03,09 e 34 |

NE – Nota Explicativa
NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

| Nº QUESTÃO NORMATIVA | DESCRIÇÃO |
|----------------------------|---|
| 11.2 | Não identificamos os registros das contribuições retidas e repassadas dentro do exercício referentes aos servidores no Demonstrativo da Dívida Flutuante. Este fato será considerado na proposta de encaminhamento. |

12- DAS CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS E REPASSADAS AO RGPS PELA UNIDADE GESTORA DO RPPS

O Modelo 38 da Deliberação TCE-RJ n.º 277/17 discrimina os valores das Contribuições (Servidores e Patronal) recolhidas e efetivamente repassadas ao RGPS, referentes aos servidores que integram o quadro de pessoal da Unidade Gestora do RPPS.

Da análise da documentação pertinente, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

| QUESTÕES NORMATIVAS | | CONDIÇÃO | | | | Peças n.ºs |
|---------------------|---|----------|-----|----|----|------------|
| | | Sim | Não | NE | NA | |
| 12.1 | O total devido de contribuições (servidores e patronal) foi regularmente repassado ao RGPS no exercício? | x | | | | 36 |
| 12.2 | O total das contribuições dos servidores repassado ao RGPS guarda paridade, aproximadamente, com o valor registrado no Demonstrativo da Dívida Flutuante? | x | | | | 13 e 36 |
| 12.3 | O total das contribuições patronais repassado ao RGPS guarda consonância, aproximadamente, com o valor registrado no Anexo 11? | x | | | | 05 e 36 |

NE – Nota Explicativa
NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, não foram constatadas impropriedades/irregularidades.

13- DOS TERMOS DE PARCELAMENTOS

Da análise dos dados informados na Prestação de Contas de Governo Municipal, relativa ao exercício de 2022 (Processo TCE-RJ n.º 222.680-2/2023), observou-se a existência dos seguintes parcelamentos de débitos previdenciários junto ao RPPS:

Em R\$

DEMONSTRATIVO REFERENTE AOS TERMOS DE PARCELAMENTO JUNTO AO RPPS

| Número do Termo de Parcelamento | Data da Pactuação | Valor Total Pactuado | Valor Devido no Exercício em Análise (A) | Valor Recebido no Exercício em Análise (B) | Valor que Deixou de Ser Repassado no Exercício (C=A-B) |
|---------------------------------|-------------------|----------------------|--|--|--|
| 361/2021 | 01/02/2021 | 29.145.424,82 | 2.004.040,47 | 1.985.226,65 | 18.813,82 |
| 134/2022 | 18/05/2022 | 17.164.070,52 | 471.459,48 | 509.941,96 | -38.382,48 |
| 847/2022 | 30/06/2022 | 14.856.032,00 | 256.906,23 | 272.060,23 | -15.154,00 |
| 884/2022 | 30/06/2022 | 78.846.750,42 | 1.275.875,05 | 1.275.273,11 | 601,94 |
| TOTAL | | | 4.008.381,23 | 4.042.501,95 | -34.120,72 |

Fonte: Demonstrativo dos Termos de Parcelamentos das Contribuições Previdenciárias junto ao RPPS – (fl. 11) da instrução de 07/11/2023 do Processo TCE-RJ nº 222.680-2/2023, referente à Prestação de Contas de Governo Municipal do exercício de 2022.

Dessa forma, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

| QUESTÕES NORMATIVAS | | CONDIÇÃO | | | | Peças n.ºs |
|---------------------|--|----------|-----|----|----|--------------------------------|
| | | Sim | Não | NE | NA | |
| 13.1 | Os acordos de parcelamento de débitos vigentes foram devidamente autorizados por Lei? | x | | | | Proc. TCE-RJ nº 222.680-2/2023 |
| 13.2 | Os valores a receber referentes aos parcelamentos de débitos estão registrados no Balanço Patrimonial e/ou no Balancete Analítico? | x | | | | 09 |

| QUESTÕES NORMATIVAS | | CONDIÇÃO | | | | Peças n.ºs |
|---------------------|---|----------|-----|----|----|------------|
| | | Sim | Não | NE | NA | |
| 13.3 | Em caso de inadimplemento dos Termos de Parcelamento de Débitos, o gestor do RPPS adotou as medidas cabíveis com o objetivo de receber esses valores? | | | | X | |

NE – Nota Explicativa
NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, não foram constatadas impropriedades/irregularidades.

14- DA COBERTURA PARA O DÉFICIT ATUARIAL E FINANCEIRO

Da análise da documentação pertinente (Modelos 9 e 10 da Deliberação TCE-RJ n.º 277/17), efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

| QUESTÕES NORMATIVAS | | CONDIÇÃO | | | | Peças n.ºs |
|---------------------|--|----------|-----|----|----|------------|
| | | Sim | Não | NE | NA | |
| 14.1 | As transferências recebidas pelo RPPS para cobertura do déficit atuarial foram registradas na Demonstração das Variações Patrimoniais e/ou Balancete Analítico? | X | | | | 21 |
| 14.2 | Caso o Fundo de Capitalização (Plano Previdenciário) apresente desequilíbrio financeiro, mas não tenha recebido aporte para a respectiva cobertura, o gestor do RPPS adotou as providências cabíveis com o propósito de receber tal repasse? | | | | X | 22 |
| 14.3 | As transferências recebidas pelo RPPS para cobertura do déficit financeiro foram registradas no Balanço Financeiro? | | | | X | 08 |
| 14.4 | Na hipótese de não ter havido transferência financeira para a cobertura do déficit no Fundo de Repartição (Plano Financeiro), o gestor do RPPS adotou as medidas cabíveis, a fim de receber a referido recurso? | | | | X | |

NE – Nota Explicativa
NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, não foram constatadas impropriedades/irregularidades.

15- DOS INVESTIMENTOS

Da análise da documentação pertinente (Modelo 11 da Deliberação TCE-RJ n.º 277/17), efetuou-se a verificação da seguinte questão normativa:

| QUESTÕES NORMATIVAS | | CONDIÇÃO | | | | Peças nºs |
|---------------------|---|----------|-----|----|----|-----------|
| | | Sim | Não | NE | NA | |
| 15.1 | Foi elaborado relatório que definiu a Política Anual de Investimentos, na forma estabelecida pela Portaria MTP n.º 1.467/2022 ou alterações posteriores? | x | | | | 27 |
| 15.2 | Os investimentos mantidos pelo RPPS estão de acordo com as normas definidas pela Política Anual de Investimentos? | x | | | | 23 e 27 |
| 15.3 | Os investimentos mantidos pelo RPPS encontram-se devidamente registrados no Balanço Patrimonial e/ou no Balancete Analítico? | x | | | | 09 |
| 15.4 | Foram certificados os responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS no exercício, na forma estabelecida pelo artigo 76, inciso II da Portaria MTP n.º 1.467/2022 ou alterações posteriores? | x | | | | 28 e 38 |

NE – Nota Explicativa

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, não foram constatadas impropriedades/irregularidades.

16- DO EXTRATO PREVIDENCIÁRIO E CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA

Examinando o Certificado de Regularidade Previdenciária, emitido em 28/07/2015 com vigência até 24/01/2016, bem como o Extrato Previdenciário correlato, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

| QUESTÕES NORMATIVAS | | CONDIÇÃO | | | | Peças n.ºs |
|---------------------|--|----------|-----|----|----|------------|
| | | Sim | Não | NE | NA | |
| 16.1 | O município encontra-se em situação regular nos critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social? | | X | | | 30 |
| 16.2 | O Certificado de Regularidade Previdenciária foi emitido sem decisão judicial? | X | | | | 29 |

NE – Nota Explicativa

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

| N.º QUESTÃO NORMATIVA | DESCRIÇÃO |
|-----------------------------|--|
| 16.1. | O último Certificado emitido foi em 28/07/2015, com validade até 24/01/2016 (nº 981116-133965). No último extrato emitido, consta como irregular o seguinte critério: ' <u>Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses – DPIR – Consistência e Caráter Contributivo</u> '. Segundo informado pela Diretora Presidente, Sra. Cátia da Silva Ferraz, esclarece que foram tomadas as devidas providências, visando a obtenção do CRP. Este fato será considerado quando do julgamento das Contas. |

17- DO ESTUDO ATUARIAL

Da análise da documentação pertinente, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

| QUESTÕES NORMATIVAS | | CONDIÇÃO | | | | Peças n.ºs |
|---------------------|--|----------|-----|----|----|------------|
| | | Sim | Não | NE | NA | |
| 17.1 | A Avaliação Atuarial Anual foi realizada com data focal em 31 de dezembro do exercício em análise? | x | | | | 24 |
| 17.2 | A provisão matemática previdenciária constante na Avaliação Atuarial guarda paridade com o correspondente registro no passivo não circulante do Balanço Patrimonial? | | x | | | 09 e 24 |
| 17.3 | Foram sugeridas medidas visando garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS? | x | | | | 24 |
| 17.4 | Caso existam medidas sugeridas no Relatório de Avaliação Atuarial, foi dada ciência ao Chefe do Poder Executivo? | x | | | | 24 |

NE – Nota Explicativa

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

| N.º QUESTÃO NORMATIVA | DESCRIÇÃO |
|-----------------------------|--|
| 17.2 | A provisão matemática constante do Balanço Patrimonial, de R\$ 114.626.410,08, não corresponde à provisão constante da Avaliação Atuarial (R\$ 309.623.708,57), o que comprova que a avaliação atuarial não está servindo de base para a constituição da referida provisão. Ressalta-se que a provisão registrada no Balanço Patrimonial vem se repetindo o mesmo valor há mais de 2 exercícios, conforme verifica-se no Processo TCE-RJ n.ºs 221.506-9/21 e 222.603-2/2022. Será considerado quando do julgamento das Contas. |

18- DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Da análise da documentação pertinente (Modelos 12 e 13 da Deliberação TCE-RJ n.º 277/17), efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

| QUESTÕES NORMATIVAS | | CONDIÇÃO | | | | Peças n.ºs |
|---------------------|--|----------|-----|----|----|-------------|
| | | Sim | Não | NE | NA | |
| 18.1 | Os gastos com despesas administrativas estão dentro dos parâmetros estabelecidos em lei? | | x | | | 26 |
| 18.2 | Na hipótese de ser constituída reserva administrativa com a sobra da taxa de administração, o registro contábil desse recurso foi realizado em conformidade com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) vigente no exercício em análise? | x | | | | 09; 25 e 26 |

NE – Nota Explicativa
NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

| N.º QUESTÃO NORMATIVA | DESCRIÇÃO |
|-----------------------------|---|
| 18.1 | Ressaltamos que os gastos com as despesas administrativas no valor de R\$ 984.818,84 ultrapassou os parâmetros estabelecidos pela legislação do RPPS (que fixa em 1% para Taxa Administrativa), sendo o valor limite de R\$ 812.260,89 . Este fato será considerado na proposta de encaminhamento. |

19- DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

Da análise da documentação pertinente (Modelo 14 da Deliberação TCE-RJ n.º 277/17), efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

| QUESTÕES NORMATIVAS | | CONDIÇÃO | | | | Peça n.ºs |
|---------------------|---|----------|-----|----|----|-----------|
| | | Sim | Não | NE | NA | |
| 19.1 | Foram adotadas medidas pelo RPPS com a finalidade de receber do RGPS (INSS) a compensação financeira a que o RPPS tem direito, na condição de regime instituidor, nas hipóteses de contagem recíproca de tempos de contribuição para efeitos de aposentadoria, obedecidas as normas da Lei Federal n.º 9.796/99, que foi regulamentada pelo Decreto n.º 10.188/2019, ou alterações posteriores? | | x | | | 31 |
| 19.2 | O Anexo 10 da Lei Federal n.º 4.320/64 evidencia arrecadação a título de compensação previdenciária? | | x | | | 04 |
| 19.3 | Há registro contábil dos direitos a receber e das obrigações a pagar concernentes à compensação previdenciária no Balanço Patrimonial do RPPS? | | | | x | 09 |

NE – Nota Explicativa
NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

| N.º QUESTÃO NORMATIVA | DESCRIÇÃO |
|-----------------------------|---|
| 19.1 | Como apontado na questão normativa 16.1, o município encontra-se em situação irregular em critérios estabelecidos pela Secretaria de Previdência do Ministério da Economia. Cabendo mencionar que no estudo atuarial (Peça nº 24) foi informado a existência de convenio com o COMPREV (Sistema que possibilita a compensação Previdenciária entre o INSS e o RPPS), entretanto não houve arrecadação à título de compensação |

previdenciária no exercício de 2022. Este fato será considerado na proposta de encaminhamento.

20- DOS PARECERES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS E ENTIDADES

Da análise da documentação pertinente, efetuou-se a verificação da seguinte questão normativa:

| QUESTÕES NORMATIVAS | | CONDIÇÃO | | | | Peça n.º |
|---------------------|--|----------|-----|----|----|----------|
| | | Sim | Não | NE | NA | |
| 20.1 | O parecer dos órgãos colegiados e entidades que devam se pronunciar sobre as contas foi favorável? | x | | | | 37 |

NE – Nota Explicativa

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, não foram constatadas impropriedades/irregularidades.

21– DAS AUDITORIAS FINANCEIRAS

A partir de pesquisa efetuada, no Sistema de Acompanhamento e Controle de Processos (SCAP), não foi identificada a realização de Auditoria Financeira no **Município de Mesquita**.

22– DA PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Em face do exposto, sugere-se a **EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO**, previsto no art. 5º, § 2º da Deliberação TCE-RJ n.º 277/17, para que, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, o jurisdicionado preste os esclarecimentos a seguir:

ESCLARECIMENTOS:

- 1) Quanto às pendências nas conciliações bancárias, conforme Relatório do Responsável pelo Setor Contábil (Peças nº 18);
- 2) Quanto às providências para regularização dos débitos originados em exercícios anteriores, no montante de **R\$ 24.478.278,61**;
- 3) Quanto ao montante de **R\$ 213.707.007,47** registrado no Ativo Financeiro não está em consonância com o correspondente registro de **R\$ 230.555.788,82** evidenciado no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial, resultando uma divergência de **R\$ 16.848.781,35**;
- 4) Quanto às seguintes diferenças entre as contribuições retidas e repassadas dentro do exercício, verificadas entre o Anexo 10 e o Modelo 34 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17:

| Contribuição | Anexo 10 (R\$) | Modelo 34 e 35 (R\$) | Diferença (R\$) |
|--------------|-------------------|--|---------------------|
| Patronal | 17.180.018,91 | 10.547.140,37 + 1.558.175,18 = 12.105.315,55 | 5.074.703,36 |
| Servidor | 7.816.088,78 | 7.186.855,65 | 629.233,13 |

5) Quanto à ausência de registro das Contribuições dos servidores retidas e repassadas dentro do exercício no Demonstrativo da Dívida Flutuante;

6) Quanto não ter ocorrido arrecadação à título de compensação previdenciária no exercício de 2022, uma vez que o RPPS possui convênio com a COMPREV (conforme Estudo Atuarial à Peça n.º 24);

7) Quanto aos gastos com despesas administrativas no valor de **R\$ 984.818,84** ter ultrapassado os parâmetros estabelecidos pela legislação do RPPS (que fixa em 1% para Taxa Administrativa), cujo o valor Limite foi de **R\$ 812.260,89**.

CAC-GESTÃO, 05/12/2023

ADONIS FERREIRA DA SILVA SOBRINHO
Assistente
Matrícula 02/003528

Senhor Subsecretário-Adjunto da SUB-CONTAS,

Em face da análise procedida por esta Coordenadoria e concordando com a sugestão constante da conclusão, encaminho-lhe o presente processo, em prosseguimento.

CAC-GESTÃO, 05/12/2023

FLAVIA EYER MENEZES
Coordenadora-Geral
Matrícula 02/003647

Senhor Coordenador-Geral da CGC,

Com base na Deliberação TCE-RJ nº 311, de 6 de maio de 2020, publicado no D.O. RJ de 8 de maio de 2020 e na Portaria SGE nº 06, de 11 de setembro de 2023, publicada no D.O. RJ de 13 de setembro de 2023, remeto os autos à Vossa Senhoria para fins de expedição de ofício nos termos propostos.

SUB-CONTAS, 05/12/2023

DIEGO RAMOS FERREIRA DA SILVA
Subsecretário-Adjunto
Matrícula 02/004310